

Sarney quer votar reforma administrativa neste ano

O presidente do Senado afirmou que o grande desafio dos senadores agora é deliberar sobre a proposta de mudanças no setor administrativo da Casa. Ontem, José Sarney recebeu o presidente da República Tcheca, Václav Klaus. **2**

Relatório sugere redução de gases aos níveis de 1990

Para combater o aquecimento global, documento propõe desmatamento zero, mudanças na matriz energética do país e redução da emissão de gases do efeito estufa

O texto do deputado Colbert Martins aprovado pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas recomenda a votação de vá-

rios projetos em tramitação e será encaminhado para conhecimento do Congresso, cujo presidente poderá enviá-lo a comissões técnicas para análise. **5**

Contaminação de alimentos leva senadores a defender maior controle sobre agrotóxicos

Depois de ouvir ontem o relato de especialistas sobre as dificuldades para o registro e a fiscalização dos agrotóxicos no Brasil, senadores propuseram a criação de novas regras para o setor. Representante do governo reconheceu que não há fiscais em número suficiente. **4**

Petrobras nega sobrepreço em refinaria de Pernambuco

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse ontem que considera equívoco dos auditores do TCU o diagnóstico de superfaturamento em obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Gabrielli participou de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento para prestar informações sobre a construção da refinaria. **6**



Indicação de diretor do BC recebeu apoio de governo e oposição

Plenário aprova diretor do BC, empréstimos e referendo

A indicação de Aldo Luiz Mendes foi aprovada pelo Plenário, que acolheu também referendo para a população do Acre deci-

dir sobre mudança no fuso horário. O estado do Ceará e o município de Ponta Grossa poderão contratar novos empréstimos. **3**



No Salão Nobre, Václav Klaus (E), observado por Sarney, assina o livro de visitantes



Juca Ferreira (E), ao lado de Garibaldi, durante audiência em que foi distribuído material criticado por Demostenes (D)



Demostenes Torres

Panfleto impresso com apoio do Ministério da Cultura recebe críticas

Senadores da oposição criticaram "o uso indevido de dinheiro público" na impressão de panfleto do Ministério da Cultura que, segundo eles, trata-se de campanha eleitoral antecipada, já que pede apoio a parlamentares que "votam pela cultura", citando nomes. O fato veio à tona em audiência com o ministro Juca Ferreira sobre a criação do vale-cultura. **6**

Presidente do Senado afirma que grande desafio agora é deliberar sobre a proposta de mudança administrativa da Casa, para que seja executada a partir de janeiro próximo

Sarney espera votar reforma administrativa ainda este ano

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, afirmou ontem que o Plenário tem avançado largamente no propósito de votar matérias que há muito tempo aguardavam deliberação, mas disse que o grande desafio dos senadores agora é a reforma administrativa da Casa. Ele pretende colocar a reforma em votação ainda este ano, para que seja executada a

partir de janeiro.

– Vou fazer todo o esforço para que quinta-feira tenhamos uma reunião na Mesa na qual essa medida já esteja consolidada.

Sarney observou que contribuiu muito para a dinamização dos trabalhos do Plenário a decisão de transferir às comissões a votação do mérito de muitas matérias antes destinadas exclu-

sivamente ao Plenário.

– Isso tudo tem feito com que o Congresso dê vazão a muitos desses projetos, que, há muito tempo, transitavam na Casa. Eu acho que o ritmo está bom. Acho que a Casa está distensionada. E acho que o grande desafio agora é votar a reforma administrativa até o fim do ano – acrescentou o senador.

Ministro sueco diz que país busca no Brasil parceria para desenvolver as próximas gerações de caças

O ministro da Defesa da Suécia, Sten Tolgfors, apresentou ontem a José Sarney as vantagens que terá o Brasil se optar pela compra de caças suecos Gripen. O país disputa com americanos e franceses um contrato de venda de 36 caças ao Brasil, um negócio que será fechado após “decisão de caráter político e estratégico”, segundo o presidente Lula.

– Nós, suecos, não estamos procurando por um cliente somente. Estamos em busca de uma parceria de longo prazo para desenvolver as próximas gerações de caças. Também estamos oferecendo total transferência de tecnologia, para possibilitar que o Brasil tenha sua própria base tecnológica no futuro para desenvolvimento em aviões. Eu

diria que nós oferecemos a baixo custo os caças mais eficientes possíveis. O ciclo de vida torna nossos aviões mais competitivos. Com isso, podem baixar até para a metade do preço.

Ao deixar o gabinete do presidente do Senado, Tolgfors disse que discutiu com Sarney as relações Brasil-Suécia em geral e fez elogios à experiência brasileira em combustível limpo.



Tolgfors (E) apresenta a Sarney vantagens que Brasil terá se escolher aviões suecos

Václav Klaus, presidente da República Tcheca, visita Senado

O presidente da República Tcheca, Václav Klaus, foi recebido na tarde de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Gerson Camata (PMDB-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Sarney saudou o visitante, afirmando que os brasileiros têm grande admiração pela rica história da República Tcheca, marcada pela luta pela liberdade, e destacando o avanço nas relações bilaterais entre aquele país e o Brasil nos últi-

mos anos.

Marcelo Crivella, Gerson Camata e Eduardo Suplicy fizeram elogios à história e à sociedade do país de Václav Klaus. Suplicy lembrou ainda a importância de um descendente de tchecos, o presidente Juscelino Kubitschek, para o desenvolvimento do Brasil.

Klaus agradeceu, afirmando que os dois países podem ter uma grande e crescente cooperação em áreas como a fabricação de aviões e que seu país tem grande conhecimento



Klaus: Brasil e República Tcheca podem firmar acordo na fabricação de aviões

na construção de centrais elétricas e em fábricas de cimento e cerveja.

“Brasil é o país do século 21”, diz candidato à presidência do Chile

O candidato à presidência do Chile Sebastián Piñera visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney. Piñera é líder nas pesquisas de opinião para as eleições que ocorrerão em 13 de dezembro. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), participou do encontro.

O presidente do Senado manifestou o desejo de que o Chile se desenvolva cada vez mais, assim como suas relações com o Brasil. Piñera citou os grandes recursos energéticos brasileiros e disse que “o Brasil é o país do século 21”. Sarney observou que o Brasil sempre foi considerado um país do futuro, mas que agora se apresenta como um país do presente.

Em entrevista após o encontro, Piñera elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmou que pretende, se eleito, manter “a aliança estratégica” com o Brasil. Disse ainda que apoia a entrada do país como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sarney: coligações são muito difíceis

Sarney também comentou as dificuldades do PT e do PMDB para se coligar em todo o país com vistas às eleições de 2010. Ele disse ter o mesmo entendimento do presidente Lula, para quem a união dos partidos em todos os estados é muito difícil.

– Acho sempre que a coligação de partidos nunca é feita por unanimidade. É muito difícil. O Brasil é muito grande e as realidades políticas nos estados são muito diferentes. E acho que isso é um fenômeno natural, que ocorre em todas as eleições e que vai acontecer nesta também.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: pauta trancada por projeto de conversão

Sessão especial, às 10h, para homenagear o municipalismo brasileiro. A sessão plenária começa às 14h. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 17/09 (MP 468/09), que trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

Sessão especial para celebrar municipalismo

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, da sessão especial em homenagem ao municipalismo brasileiro e, às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

CCT analisa 39 permissões para rádios

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) examina 39 projetos que outorgam permissão de funcionamento para empresas de radiodifusão em vários estados. Proposta que altera as regras para a radiodifusão comunitária também está na agenda da comissão. A reunião está marcada para as 8h30.

Comissão de Educação aprecia mudanças no Fies

Às 10h, a Comissão de Educação Cultura e Esporte (CE) analisa o Projeto de Lei da Câmara 184/09, que altera normas do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

A matéria permite abatimento no saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e aos médicos dos programas de saúde da família, entre outros.

CAS vota regras para transplantes

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota dois projetos que tratam das regras para captação de órgãos para transplantes. Entre as 40 propostas em pauta, a CAS analisa projeto que incentiva a atuação de agentes comunitários de saúde.

Grupo da CI debate lei para biocombustíveis

O grupo de trabalho que funciona na Comissão de Infraestrutura realiza debate, às 14h30, para discutir proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis. Entre os convidados, o diretor da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, Paulo Sotero; o presidente da Confederação Nacional de Transportes, Clésio Andrade; e o presidente da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos, Luiz Aubert Neto.

CPI da Pedofilia ouve vários depoentes

Às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza audiência para ouvir os depoimentos de Fabrício Calo, Sandra Bekin e Andrea Maria Ribeiro Santos, entre outros.

CMO se reúne às 14h30

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) faz reunião deliberativa, às 14h30, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Créditos suplementares

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta, às 12h, no Plenário da Câmara, para votar créditos suplementares ao Orçamento para 2009.

CCJ discute crime organizado

O primeiro item da pauta da reunião, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o projeto sobre o crime organizado. A proposta define esse tipo de delito, dispõe sobre a repressão e determina instrumentos legais para combatê-lo, incluindo normas de investigação, meios de obtenção de prova e procedimento criminal a ser aplicado. Também, entre os 50 itens da pauta, substitutivo a projetos que tratam de crimes hediondos.

CAE: projeto sobre clima

Às 9h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e proposta que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Inventário de emissões de gases estufa

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza audiência pública, às 14h, para debater o inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa. O debate contará com a presença do ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende. Logo após, o colegiado analisa projeto que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Aldo Luiz Mendes comprometeu-se com busca "intransigente" da estabilidade de preços. Defendeu o regime de câmbio flutuante e a autonomia do Banco Central. Indicação foi apoiada pela oposição.



Mendes, ao lado do senador Garibaldi Alves Filho, em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos

Senado aprova novo diretor de Política Monetária do BC

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por 41 votos favoráveis e 11 contrários, a indicação de Aldo Luiz Mendes para exercer o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central, em substituição a Mario Gomes Torós. O relator da indicação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que, além de ter formação acadêmica adequada, Mendes, funcionário de carreira do Banco do Brasil, desempenhou várias funções compatíveis com o novo cargo.

O líder do DEM, José Agripino (DEM-RN), lembrou que Mario Gomes Torós deixou o cargo após conceder entrevista ao jornal *Valor Econômico* que incomodou o governo. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que Mendes é um técnico de valor. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que Mendes foi seu aluno e

que era uma honra votar nele, pois sabe que tipo de diretor o Banco Central terá. Ele o classificou como uma pessoa muito competente.

Sabatina

Aldo Mendes foi sabatinado e teve seu nome aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por 23 votos a favor, 2 contrários e 1 abstenção, na manhã de ontem. O economista afirmou que se empenhará pela defesa "intransigente" da estabilidade de preços, "bem público por excelência e valor indispensável ao crescimento sustentável da economia". Como futuro operador da política monetária, se declarou a favor da autonomia formal do BC, que considerou fundamental para "calibrar" os juros no sentido de alcançar as metas de inflação.

– São três os pilares de

sustentação da política econômica atual: responsabilidade fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante. Vem daí o sucesso da estabilidade na economia. Nada poderia ter sido alcançado sem o controle da inflação – avaliou.

Abin

O Plenário também aprovou as indicações de Wilson Roberto Trezza, para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e da promotora de Justiça Cláudia Maria de Freitas Chagas, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a votação da indicação do procurador regional da República Mario Luiz Bonsaglia para compor o CNMP foi adiada para hoje.

Heráclito questiona operação com Previ

Na sabatina na CAE, Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou o indicado para ocupar o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central, Aldo Mendes, sobre o suposto uso de recursos da Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) para cobrir déficit do BB e empréstimo feito pelo banco à Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários), que está sendo investigada pelo Ministério Público e apresenta rombo estimado em R\$ 100 milhões.

O parlamentar pediu esclarecimentos sobre



Heráclito: BB utilizou R\$ 100 milhões para cobrir déficit

esses assuntos por Mendes atuar à época como presidente do Conselho Deliberativo da Previ e como vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores do BB.

Mendes afirmou ser natural que tanto déficits quanto superávits sejam partilhados entre os patrocinadores de um fundo de pensão. Assim, o repasse de recursos da Previ para o Banco do Brasil teria sido motivado por um superávit e amparado pela legislação. Quanto à Bancoop, disse desconhecer o assunto.

A CAE aprovou requerimento para ouvir o antecessor de Mendes, Mario Gomes Torós, para falar da condução da política monetária do Banco Central em sua gestão. A audiência não foi agendada.

Acre terá referendo sobre fuso horário

No dia 24 de junho de 2008, em função da Lei 1.662, o fuso horário do estado do Acre foi alterado e os relógios, adiantados em uma hora, o que levou a diferença horária do estado em relação a Brasília cair de duas para uma hora. Por entender que a mudança provocou prejuízos para a população, o deputado Flaviano Melo (PMDB-AC) apresentou projeto de decreto legislativo propondo um referendo sobre o assunto. Depois de passar pela Câmara, o PDL 867/09 foi aprovado

ontem pelo Senado e agora vai a promulgação. De acordo com o projeto, o eleitorado do Acre será consultado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração, concomitantemente à eleição do próximo ano.

Autor do projeto que provocou a alteração no fuso horário do Acre, o senador Tião Viana (PT-AC) registrou que, junto ao projeto, que também alterou os horários de parte do Amazonas e de parte do Pará, havia apresentado uma proposta de plebiscito, que

não despertou interesse. Ele posicionou-se a favor da realização do referendo.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do PDL 867/09, disse que o referendo é uma medida democrática que interessa diretamente à população do Acre.

– Ninguém deve suprimir o direito do eleitor de dizer claramente se quer o retorno ao horário tradicional, secular, ou se deseja manter o novo horário que a lei aprovou – afirmou Mesquita Júnior.



Aprovado em Plenário, projeto da Câmara que obriga consulta à população vai a promulgação

Aprovados empréstimos para Ceará e Ponta Grossa

O Senado aprovou ontem projetos de resolução que autorizam o Ceará e o município de Ponta Grossa a contratar empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), respectivamente de US\$ 45 milhões e US\$ 7,5 milhões. Os projetos foram aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela manhã e vão à promulgação.

O objetivo do empréstimo ao Ceará (PRS 76/09) é financiar o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (Proares). Já os recursos para Ponta Grossa (PRS 75/09) destinam-se ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Urbana.

Senadores das bancadas do Ceará e do Paraná comemoraram o aval concedido às operações de crédito. Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que o Proares é um programa voltado especialmente a crianças, adolescentes e populações marginalizadas do estado. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o

programa ajudará jovens em situação de risco social.

Em relação à Ponta Grossa, Osmar Dias (PDT-PR) observou que esse é um dos municípios mais tradicionais do Paraná, tem a agricultura mais produtiva e moderna do Brasil e é um importante parque industrial.

Retificação

Também foi aprovado pela CAE e em Plenário projeto de resolução (PRS 117/09) que retifica a Resolução 26/09, que autorizava a contratação de crédito externo entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 235 milhões, a fim de financiar parcialmente o Projeto de Investimentos para Qualificação do Sistema Único de Saúde – Qualisus (Fase1).

Segundo o relator, senador Tião Viana (PT-AC), o texto precisava ser retificado por conta de inadequações no contrato de empréstimo apon-tadas pelo Ministério da Fazenda.

Brasil doa a fundo ambiental US\$ 6 milhões

O Senado acolheu ontem projeto de decreto legislativo (PDS 866/09) que aprova a participação do Brasil na quarta recomposição de recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility), instituição financeira internacional que apoia projetos de conservação do meio ambiente.

Aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no dia 19, o texto determina o aporte de aproximadamente US\$ 6 milhões, destinados a "projetos de conservação da biodiversidade, redução dos riscos de mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio e descontaminação de águas internacionais".

A proposta foi incluída na pauta a pedido de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que observou que o Brasil tem sido um dos principais beneficiários do fundo. O projeto vai à promulgação.

CAE: emendas beneficiam pesca, micros e ZPEs

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem quatro emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2010 que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Uma delas, de R\$ 100 milhões, destina-se à equalização de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.

Emenda no mesmo valor be-

neficia projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e em áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana. Outra, de R\$ 120 milhões, irá para capacitação de microempresas e empresas de

pequeno e médio porte.

A última, que corresponde a R\$ 55 milhões, vai para monitoramento de instalação e operação de zonas de processamento de exportação (ZPEs).

Especialistas pedem assistência pública adequada para autistas

Ao afirmarem que autismo tem tratamento, participantes de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) exigiram políticas públicas direcionadas ao problema e mais investimentos em pesquisa para diagnosticar precocemente a doença.

Por sua vez, a coordenadora de política mental do Ministério da Saúde, Cristina Hoffmann, afirmou que o assunto é uma das prioridades da pasta. Ela destacou que o transtorno deve ser tratado com atendimento integral e de forma multidisciplinar e individualizada.

Também o acompanhamento da família, destacou, é importante para garantir o sucesso do tratamento e a recuperação da criança autista.

Berenice Piana de Piana, que representou as mães de autistas, informou que nos Estados Uni-

dos há uma criança autista para cada 90 nascimentos. No Brasil, ressaltou, não há estatísticas sobre a ocorrência.

– Os números apontam que algo grave está acontecendo. Sempre perguntam que planeta deixaremos para nossas crianças, mas pergunto que crianças deixaremos para o nosso planeta? – questionou, ao afirmar que o número de portadores do transtorno está aumentando.

As entidades vão apresentar projeto de lei à CDH com suas reivindicações. Paulo Paim (PT-RS) disse que vai pedir ao presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), a relatoria da matéria.

Paim prometeu também levar a proposta à Câmara, onde tramita o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 3.638/00), de sua autoria, para que os deputados incluam as necessidades dos autistas no projeto.



Debatedores, na audiência da CDH, revelam deficiências do sistema público de saúde

LDB representou avanço para educação, dizem ex-ministros

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) representou um importante avanço para o setor, concordaram quatro ex-ministros que participaram de audiência pública sobre os primeiros 13 anos de vigência da lei, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ministro de 2003 a 2004, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) reconheceu o “avanço conceitual” trazido pela LDB, mas sugeriu uma atualização da lei para que se possa promover um “avanço estrutural”. A responsabilidade pela escola, a seu ver, deveria ser federal, apesar da gestão descentralizada.

O senador Marco Maciel (DEM-PE), que foi ministro da Educação de 1985 a 1986, disse que procurou antecipar, durante a sua gestão, alguns princípios

que seriam incluídos na nova lei, como a descentralização da merenda escolar e a valorização das universidades. Ele lamentou que algumas inovações da LDB, como o estabelecimento da jornada ampliada para o ensino fundamental, ainda não tenham sido colocadas em prática.

Ministro da Educação entre 1987 e 1989, Hugo Napoleão, ao analisar as 23 leis que alteraram a LDB, observou que a maioria aperfeiçoou o texto original. Na sua opinião, a LDB está cumprindo bem o seu papel.

Para o ex-ministro Carlos Chiarelli – que ocupou a pasta entre 1990 e 1991 – a LDB deveria dar maior ênfase ao ensino a distância, em um país com as dimensões continentais do Brasil, e ao ensino especial profissional, dedicado às pessoas com deficiência.



Chiarelli, Maciel, senadora Marisa Serrano, Cristovam e Napoleão em debate na CE

Uso de agroquímicos na lavoura brasileira foi debatido por três comissões permanentes. Falta de fiscalização e de informação é causa da aplicação irregular dos produtos



Menten (E), Venâncio, Valter Pereira, Velloso e Ros: aplicação excessiva de agrotóxicos é apontada por governo e indústria

Senadores querem nova legislação sobre agrotóxicos

APÓS OUVIR ESPECIALISTAS, que relataram as dificuldades existentes para o registro e a fiscalização dos agrotóxicos no Brasil, senadores propuseram a aprovação de uma nova regulamentação para o setor.

– Não nos resta outra solução que não seja a de propor um projeto de lei de rastreabilidade, para disciplinar todo o monitoramento e controle, para dar mais segurança aos alimentos em todos os aspectos – afirmou Gilberto Goellner (DEM-MT), um dos autores do requerimento para o debate promovido pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O parlamentar explicou que o debate foi motivado por informações sobre a contaminação

de alimentos comercializados no Brasil. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), após análise de 1.773 amostras coletadas em supermercados brasileiros, encontrou verduras e legumes com índices de agrotóxicos muito acima do máximo permitido.

Neuto de Conto (PMDB-SC) disse que a grande preocupação do Brasil deve ser, em primeiro lugar, com a qualidade da comida que vai para a mesa do consumidor.

– Só teremos sucesso nessa área se tivermos uma lei para o setor – enfatizou.

Ele observou que a agricultura brasileira é um importante segmento da economia, tanto para o mercado interno, alimentando 190 milhões de brasileiros, quanto para o externo, já que participa com 34% das exportações nacionais.

Já o senador Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, disse que a falta de defensivos agrícolas autorizados pelo governo para algumas culturas explica a grande ocorrência de contrabando desses produtos no país.

– A falta de um produto está justificando um ilícito em outro produto. Isso é muito grave. Precisamos interceder por meio da nossa função de legislar – afirmou.

Aloe vera

Os senadores da CRA aprovaram requerimento de Gilberto Goellner para a realização de debate sobre os critérios adotados para registro e regulamentação do uso de aloe vera, popularmente conhecida como babosa. O objetivo é conhecer as verdadeiras propriedades dessa planta.

Alto consumo preocupa fiscalização sanitária

O crescente uso de agrotóxicos no Brasil requer aperfeiçoamentos constantes de mecanismos de controle e fiscalização para garantir a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. A conclusão foi apresentada por representantes do governo que participaram ontem do debate promovido por três comissões permanentes.

O gerente de Avaliação de Riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvi-

sa), Ricardo Augusto Velloso, informou que o Brasil é hoje o maior consumidor mundial de agrotóxicos, superando os Estados Unidos.

– Esse crescimento tem aumentado muito a preocupação do governo, porque, quando há aumento na comercialização e no uso, é preciso implementar medidas que garantam a segurança do consumidor, do produtor rural e do usuário desse produto. É necessário ampliar a produção agrícola

no país, mas não a qualquer preço – afirmou.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Ramos Venâncio, reconheceu que não há número suficiente de funcionários para fiscalizar todas as propriedades e sugeriu, como alternativa, a implantação de projetos de educação sanitária para acabar com problemas específicos, verificados em determinadas culturas e em algumas regiões.

Indústria defende registro mais fácil dos produtos

Representantes da indústria de agrotóxicos defenderam um maior estímulo para o registro de produtos usados no combate de pragas e doenças que atacam lavouras e criações. A medida, dizem, poderá garantir melhor qualidade dos alimentos ao reduzir o uso de produtos não autorizados. O pedido foi feito no debate realizado ontem por CRA, CMA e CCT.

O diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), José Roberto da Ros, explicou que, por causa do alto custo do processo de registro de

agrotóxicos, as empresas não sentem estimuladas a legalizar seus produtos.

– Se o governo não fizer nada a respeito, fica difícil para as empresas registrarem seus produtos, principalmente os voltados para a pequena agricultura – afirmou.

O diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), José Otávio Machado Menten, afirmou que 80% dos problemas verificados na utilização de agroquímicos no Brasil decorrem do uso de produtos irregulares. Outro tipo de inconformidade apontada é

quanto à aplicação inadequada do produto, em geral acima do máximo permitido. Segundo ele, os dois problemas podem ser resolvidos com a união da iniciativa privada e do governo na implantação de programas de rastreabilidade e de treinamento de agricultores.

– Se tivermos produtos registrados de boa qualidade e uma legislação que estimule o registro de novos produtos, resolvemos 80% do problema. O restante é uma questão de cultura, que resolveremos treinando os agricultores – disse o representante da Andef.

Documento propõe desmatamento zero até 2015 e que, nos próximos dez anos, até 25% da eletricidade do Brasil venha de fontes renováveis

Comissão mista aprova relatório final sobre mudanças climáticas

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas votou ontem o relatório final do deputado Colbert Martins (PMDB-BA) que recomenda a aprovação de projetos sobre o tema em tramitação no Legislativo e sugere a setores da economia a adoção de medidas visando à redução do aquecimento global e à proteção do meio ambiente.

O documento agora será encaminhado para conhecimento em sessão conjunta do Congresso, cujo presidente poderá enviá-lo a comissões técnicas e a setores envolvidos com a questão ambiental.

Ao Executivo, o relatório sugere que até 2020 o Brasil reduza as emissões dos gases de efeito estufa listados no Protocolo de Kyoto aos níveis de 1990, por meio da adoção do desmatamento zero no país até 2015 e da garantia de que, nos próximos dez anos, até 25% da eletricidade do país seja originária de fontes renováveis de energia. O texto também recomenda a redução em 15% do con-

sumo projetado de energia elétrica para 2020 por meio de medidas de eficiência energética; o estabelecimento de metas anuais da participação de fontes nuclear, óleo combustível e carvão mineral na matriz elétrica nacional; e a transformação de, pelo menos, 30% do território costeiro-marinho do país em áreas protegidas, ressalvadas as atividades de infraestrutura previstas na Lei 4.771/65, que institui o Código Florestal.

Foram excluídas do relatório as recomendações que previam a substituição gradual do uso do carvão mineral até sua total eliminação, em prazo que seria estabelecido em lei, assim como a eliminação gradativa da energia nuclear como fonte energética.

Após a aprovação da matéria, a presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que o relatório – que encaminha ainda sugestões à área legislativa, de transportes, de energia, de recursos naturais, doméstica, indus-

trial, agropecuária, de construção civil e de saúde – também servirá de subsídio para a delegação parlamentar que irá participar da 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a ser realizada na segunda quinzena de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

Atribuições

Na mesma reunião, foi aprovado projeto de resolução da senadora Marina Silva (PV-AC) que altera as atribuições da comissão mista para que o colegiado, sem prejuízo das atribuições da Câmara dos Deputados e do Senado, possa apreciar e emitir parecer sobre as matérias relativas às mudanças climáticas. Atualmente, a comissão desempenha apenas funções fiscalizatórias sobre o tema. O projeto será encaminhado na forma de indicação às Mesas das duas Casas legislativas para adoção das providências regimentais.

Documento trata de energia, resíduos e transporte público

Apresentado no último dia 18, o relatório defende a aprovação da Política Nacional de Mudanças Climáticas e do projeto que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 284/09), já aprovado pela CI e que também será submetido ao exame da CAE e da CMA.

O documento sugere a criação de limites legais para perdas técnicas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando os fatores regionais de operação do sistema. Também defende a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a adoção de estratégias que minimizem a geração de resíduos urbanos, esgotos domésticos e efluentes industriais e que incentivem a implementação de coleta seletiva, reciclagem e reúso de detritos para a preservação das condições sanitárias e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Propõe ainda a instituição de um marco regulatório para inspeção veicular e a realização de estudos visando alternativas de estímulo, inclusive fiscal, ao transporte público; alterações no Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) para a inclusão de limites de emissões de gás carbônico; e ações para desestimular o uso de veículos de transporte individual, por meio da expansão da oferta de outros meios de transporte e do estabelecimento de campanhas de conscientização a respeito dos impactos locais e globais do uso de veículos automotores e do transporte individual.

O relatório sugere também o planejamento e a implementação de faixas exclusivas para veículos com taxa de ocupação igual ou superior a dois passageiros nas rodovias; o reordenamento e o escalonamento de horários e períodos de atividades públicas e privadas; a restrição a estacionamentos em zonas saturadas de trânsito; e a criação de incentivos para a produção de tecnologias e desenvolvimento de projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica, biomassa, das marés, células de combustível e biodiesel, entre outras.



Ao lado do relator, deputado Colbert Martins, a presidente da comissão, Ideli Salvatti, lembra que documento subsidiará parlamentares em Copenhague

EUA e China receberão moção de repúdio por adiarem decisão sobre clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas aprovou ontem moção de repúdio de autoria do deputado Sarney Filho (PV-MA) a ser encaminhada aos governos dos Estados Unidos e da China. Na moção, os parlamentares lamentam a decisão dos dois países “de adiar para o próximo ano a assunção de compromissos de minimização da mudança do clima”.

– É um posicionamento claro da comissão – ressaltou a senadora Ideli Salvatti, para quem o colegiado não poderia deixar de se manifestar diante da decisão dos Estados Unidos e da China.

Sarney Filho também chamou a atenção da comissão para matéria publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* que aponta divergências entre o compromisso de redução das metas de carbono apresentado há duas semanas pelo Executivo e projeções do Banco Mundial. O governo federal prevê que o país estará lançando na atmosfera 2,7 bilhões de toneladas de gás carbônico em 2020, se nada for feito. Por sua vez, o banco projeta a emissão total, nesse mesmo cenário, de apenas 1,697 bilhão de toneladas em 2030.

– Nossa anunciada redução se deu em torno de uma projeção de crescimento. Isso reforça a emenda colocada na lei de mudanças climá-

ticas, recentemente aprovada e em tramitação no Senado. É importante que essa emenda tenha como base o inventário nacional de redução de emissões, para depois não sermos questionados em fóruns internacionais quanto à diferença de 1 bilhão de toneladas – afirmou Sarney Filho.

O deputado referia-se à emenda apresentada por Ideli Salvatti ao projeto que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 283/09), para que o Brasil adote como compromisso voluntário ações de mitigação de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas para 2020. Aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no dia 19, o projeto ainda será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nesta última em decisão terminativa.

Já o Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil deverá ser discutido hoje em audiência pública na CMA. Devem participar o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e os integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. O requerimento para discussão da matéria é do senador Renato Casagrande (PSB-ES).



Sarney Filho (E) e Casagrande debatem metas a serem adotadas pelo Brasil

Folheto distribuído durante audiência com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, recomendando aos eleitores que votem em parlamentares que apoiem o setor cultural provocou polêmica

Senadores acusam ministério de fazer campanha eleitoral

UMA ESPÉCIE DE panfleto recomendando aos eleitores que apoiem os parlamentares que "votam pela cultura" foi muito criticado ontem. Distribuído durante audiência pública com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, o material, atribuído à Frente Mista Parlamentar da Cultura e endossado pelo Ministério da Cultura (Minc), provocou críticas no Plenário e durante audiência conjunta de três comissões sobre o projeto que cria o vale-cultura.

Demostenes Torres (DEM-GO) encaminhou à Procuradoria-Geral da República representação contra o ministro por improbidade administrativa e propaganda eleitoral antecipada. Ele disse que Juca Ferreira mentiu ao afirmar, durante a

audiência, que o ministério não custeara a produção do folheto e depois reconheceu, em contato com o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a contribuição do Minc para a produção do panfleto.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apontou para a irregularidade do uso de dinheiro público e Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o panfleto desqualifica o debate e a oposição.

Aloizio Mercadante (PT-SP) cobrou investigações sobre a origem do folheto, bem como a devolução dos recursos públicos usados em sua confecção. No entanto, ele defendeu Juca Ferreira, que teria sido sincero ao negar ter conhecimento da contribuição do Minc.

NOTA: MINISTRO FOI INDUZIDO A ERRO

Na noite de ontem a Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura divulgou nota afirmando que o ministro Juca Ferreira teria sido induzido a erro por sua assessoria ao afirmar que o Minc não contribuíra para a confecção do panfleto.



Gabrielli, presidente da Petrobras, deputado Magela e senador Almeida Lima durante debate na CMO

Gabrielli: auditores do TCU se equivocaram

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse considerar equívoco dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) o diagnóstico de superfaturamento nos contratos de terraplanagem para a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ele participou ontem de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar informações sobre a construção da refinaria.

No início do ano, o TCU apontou 12 indícios de irregularidades na primeira fase da obra da refinaria, citada como exemplo de desvio de verbas no relatório da Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal.

Gabrielli disse que não é

correta a equiparação das obras de terraplanagem da refinaria às realizadas em rodovias, uma vez que as primeiras têm complexidade muito maior e, por isso, são mais caras.

As divergências com o TCU, no que se refere à forma de medição e ao valor dos diversos itens do custo de terraplanagem, se referem apenas à parte do contrato para essa parte da obra – assinalou.

Gabrielli acrescentou que, de 1.200 indicações de indícios de irregularidades na refinaria feitas pelo TCU, apenas 60, ou 5% do total, foram concluídos como tal pelo próprio tribunal.

Quanto à utilização de drenos para água do subsolo, os

quais não estavam previstos no projeto inicial, Gabrielli afirmou ter sido a solução mais barata. O deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) disse ser "estranho" a Petrobras não ter realizado prospecção detalhada do terreno e descoberto com antecedência a presença dos lençóis freáticos.

Sergio Gabrielli e os parlamentares da base governista criticaram a sistemática de fiscalização do TCU. Segundo disseram, a ação dos auditores do tribunal tem paralisado obras federais, causando prejuízos à população.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), presidente da CMO, também manifestou descontentamento com a atuação do TCU.



Juca Ferreira, com panfleto que provocou polêmica, e Garibaldi Alves (D) durante audiência

Ministro é contra uso de vale em bancas

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, manifestou-se contra a inclusão das bancas de revistas entre os pontos de venda de produtos culturais que poderão ser adquiridos com o cartão magnético do vale-cultura.

Em audiência conjunta nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), o ministro disse que poucas bancas no país teriam condições de adotar a tecnologia para evitar que o benefício de R\$ 50 seja utilizado como "moeda" para fins que não o consumo de serviços e bens culturais.

Já aprovado pela Câmara, o pro-

jecto que cria o vale-cultura (PLC 221/09) está sendo apreciado simultaneamente nas três comissões e irá sobrestar a pauta do Plenário a partir de 12 de dezembro.

Juca Ferreira afirmou que o benefício atenderá mais de 12 milhões de brasileiros e serão injetados com o vale, em cinco anos, cerca de R\$ 7 bilhões na economia da cultura. O ministro explicou que não se opõe à expansão do valor do vale-cultura dos aposentados – previsto em R\$ 30 por meio de emenda da Câmara – também para R\$ 50. Mas rejeitou a ideia de permitir a compra de ingressos para jogos esportivos com o cartão.

Emendas da CRE beneficiam a área de defesa

A Estratégia Nacional de Defesa é a área mais beneficiada com as emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ao Projeto de Lei Orçamentária para o próximo ano.

Na reunião de ontem, os senadores do colegiado aprovaram a destinação de R\$ 2,5 bilhões para o setor, R\$ 520,506 milhões para a manutenção e o suprimento de material aeronáutico e R\$ 20 milhões para o Itamaraty empregar em eventos de suporte à comunidade brasileira no exterior.

Relator das propostas na CRE, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) analisou 13 emendas apresentadas pelos senadores e acolheu sete propostas. A comissão iniciou o exame das emendas na última quinta-feira, mas, por falta de consenso, a votação foi adiada para ontem, quando foram aprovadas por unanimidade.

Unificação das polícias volta a ser discutida

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a unificação das polícias civil e militar volta a ser discutida no Senado. A Subcomissão de Segurança Pública anunciou ontem que realizará duas audiências públicas sobre o assunto, previstas inicialmente para os dias 1º e 2 de dezembro.

Vinculada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a subcomissão é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), também autor da proposta (PEC 21/05).

Na reunião de ontem, tanto Jereissati como o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), defenderam a proposta, que agora terá como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Demostenes afirmou que o sistema atual, dividido entre as polícias civil e militar, falhou. Ele também criticou o pleito no sentido de que elas ganhem maior autonomia.



Objetivo é proteger quem está para se aposentar, diz Rosalba

Rosalba quer limitar demissão sem justa causa

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) anunciou ter encaminhado projeto de lei complementar para proteger a relação de emprego contra demissão sem justa causa. O objetivo é impedir que o trabalhador perca o emprego quando estiver a 18 meses de se aposentar voluntariamente, estando empregado há, pelo menos, cinco anos. Segundo a senadora, mais de 30 milhões de brasileiros se encontram na situação de "quase aposentadoria" e a demissão em idade avançada pode dificultar a aposentadoria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Valdir Raupp • Augusto Botelho • Delcídio Amaral • João Pedro • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Suplicy lê carta endereçada por ele ao deputado italiano Piero Fassino

Eduardo Suplicy defende asilo a Cesare Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu trechos de carta em defesa do asilo a Cesare Battisti no Brasil endereçada por ele ao deputado italiano Piero Fassino. A carta é resposta a entrevista de Fassino ao jornal *Folha de S. Paulo* na qual o deputado diz que o presidente Lula deveria decidir pela extradição de Battisti.

Suplicy afirmou que Battisti declara ser inocente dos quatro assassinatos de que é acusado e leu também carta do presidente da ONG Antígona, Patrizio Gonnella, que vê nas "más condições das prisões italianas" um risco à extradição de Battisti.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que a Justiça italiana "tem tradição de respeito aos direitos humanos". Magno Malta (PR-ES) frisou conhecer pessoalmente o sistema prisional italiano, que, segundo ele, tem melhores condições de atender um prisioneiro como Battisti que o brasileiro.



Segundo o líder do PSOL, Supremo acertou ao deixar decisão para Lula

José Nery faz apelo contra extradição

José Nery (PSOL-PA) pediu ontem ao governo que não extradite o italiano Cesare Battisti. Para o senador, a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), de deixar a decisão sobre a extradição para o presidente da República, "respeita os princípios constitucionais e as leis brasileiras sobre asilo político".

– Aguardamos com firme convicção que o governo brasileiro garanta os direitos de refugiado a Cesare Battisti, que foi vítima de um processo ilegal – disse o senador.

Segundo José Nery, quem analisa o processo "conhece as ilegalidades que foram ali cometidas para tentar a qualquer custo condenar um ativista que, naqueles anos de chumbo, atuou para dar sentido à luta daqueles que queriam um governo e um Estado voltados para os interesses da maioria do povo italiano".

Senador manifesta intenção de levar para todo o Paraná experiência da cidade de Chopinzinho, onde os alunos da rede urbana municipal estudam em dois turnos

Ensino em tempo integral reduz violência, diz Osmar

Experiência pioneira

COM O OBJETIVO de reduzir a violência juvenil no Paraná, Osmar Dias (PDT-PR) manifestou, em discurso, a intenção de estender a todo o estado experiência do município de Chopinzinho, onde 100% das escolas da rede municipal urbana oferecem ensino em tempo integral.

Segundo o senador, na pequena cidade do sudoeste paranaense, os concluintes do ensino médio têm direito a um cursinho pré-vestibular público. Já os colégios da zona rural do município dispõem de telessalas, computadores e estrutura para o jovem não precisar se deslocar para a zona urbana, a fim de aprender.

Para Osmar Dias, investir em educação integral, oferecer oportunidade para o estudante do ensino médio fazer cursos técnicos e garantir cursinhos gratuitos para os pré-vestibulandos que não têm condições de pagar uma escola privada é uma forma concreta de coibir o crescimento da violência. Ele observou que o problema é grave e atinge até Curitiba, que



registra o assassinato de 540 jovens todos os anos.

– Pequenas comunidades estão preocupadas com o crack, com a droga que está entrando na família e está destruindo o ambiente familiar – alertou, acrescentando que a prevenção deve começar na escola, com a educação. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou-se à disposição do prefeito de Chopinzinho para ajudar a levar o programa Renda Básica de Cidadania ao município. Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que o exemplo da pequena cidade

paranaense pode ser levado a grandes municípios.

Agricultura familiar

Osmar também advertiu o governo federal para a situação dos agricultores familiares. Ele denunciou que o Ministério da Agricultura não dispõe de recursos para comprar a produção de trigo, arroz e feijão e, assim, garantir um preço mínimo.

– Quando se fala "nossa prioridade é a agricultura familiar", vamos parar de conversa mole, de conversa fiada e vamos colocar na prática o discurso!

Cristovam vê maturidade na política externa do país

As recentes visitas dos presidentes de Israel, da Autoridade Palestina e do Irã são prova da maturidade atingida pelo Brasil, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). Apesar de manifestar independência política em relação ao Executivo, o senador disse que o papel de um governo é se relacionar com os outros dirigentes nacionais "com linhas diferentes e dos quais pode até discordar".

– Não somos mais um país como éramos antes. Estamos presentes, sendo capazes e obrigados a receber dirigentes de países que podemos até ter sérias críticas a fazer. Claro que ninguém pode deixar de criticar o fato de o presidente do Irã [Mahmoud Ahmadinejad] ter dito, em algum momento, que o



O papel dos governos é se relacionar com outros dirigentes, diz Cristovam

Holocausto não teria acontecido contra o povo judeu.

Para o senador, a declaração de Ahmadinejad merece protesto, como também merece crítica o uso de uma "força descomunal pelo governo de Israel contra a população da Palestina

em vez de procurar concentrar seu esforço especificamente naqueles que causavam os atos terroristas".

Cristovam Buarque também disse que o presidente Lula, em seus discursos oficiais, não cometeu nem um erro sequer, mantendo-se dentro da posição clara de representar a nação.

Para Marisa Serrano (PSDB-MS), o preocupante não é o presidente Lula receber seu colega iraniano, mas avaliar o programa nuclear daquele país. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que considera correto o presidente receber qualquer dirigente, no entanto fica desconfiado quando isso é feito para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Tião Viana destaca visita de líder chinês

Tião Viana (PT-AC) destacou a importância da visita, que deve ocorrer hoje, de Jia Qinglin ao Congresso Nacional. Qinglin é presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, órgão que, conforme explicou o parlamentar, equivale ao Parlamento brasileiro.

– Ele é a quarta autoridade [em importância] do Estado chinês – ressaltou.

Tião Viana lembrou que amanhã haverá um debate com o visitante, a partir das 11h, no Auditório Petrônio Portela. Conforme o senador, Qinglin abordará assuntos como a evolução histórica das relações entre China e América Latina, a atual política externa chinesa e



Para Tião Viana, as relações comerciais com a China representam um desafio

a evolução e os avanços do país, entre outros.

Na avaliação de Viana, as relações comerciais entre China e Brasil "representam um desafio a ser discutido".

Apesar de reiterar que a Chi-

na "desponta como a grande nação do futuro, influenciando todos os continentes não só pelas relações comerciais, mas também pela sua importância política", o senador também observou que aquele país "deixa uma enorme dúvida e uma inquietação de abrangência planetária" quando o assunto é o aquecimento global.

Viana acrescentou ainda que, muitas vezes, a China "estabelece relações com países que apresentam práticas políticas questionáveis do ponto de vista dos direitos humanos e da afirmação da democracia".

– O PT está interessado e deseja o melhor êxito possível para esse encontro – afirmou Tião Viana.



Valter Pereira: medida restringirá formação de cartel de fertilizantes

Valter Pereira celebra exploração de potássio em MS

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) comemorou o anúncio feito pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que a Petrobras vai explorar minas de potássio em Três Lagoas (MS). O potássio é insumo indispensável à produção de fertilizantes.

– Nossa dependência externa e o controle das multinacionais sobre sua comercialização [de fertilizantes] têm penalizado a produção agrícola em até 40% – criticou.



Augusto elogia, entre outras ações, o Programa Terra Legal

Augusto Botelho destaca projetos do setor agrário

Augusto Botelho (PT-RR) elogiou ontem as ações executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no país, com destaque para os programas Terra Legal, Mais Alimentos e Territórios da Cidadania. O senador também elogiou a atuação do ministro Guilherme Cassel.

Segundo o parlamentar, o programa Terra Legal Amazônia prevê a entrega, até o final do mês, de cerca de 300 títulos de propriedade e o cadastramento de quase 12 mil ocupações em mais de 2 milhões de hectares de terras.

Ideli registra debate em SC sobre o pré-sal

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou a realização, segunda-feira, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do primeiro de três seminários sobre os benefícios que poderá trazer para o estado a exploração de petróleo e gás na camada pré-sal. A senadora anunciou que o segundo seminário será realizado sexta-feira, em Joinville, e o terceiro, no dia 30, em Itajaí.

Participou do debate, informou, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que explicou as razões que levaram o governo a propor uma mudança no marco regulatório da exploração petrolífera.

Fotos: Wladimir Rodrigues



Serys: país ainda não está livre do preconceito racial

Para Serys, ainda há discriminação

Serys Shlessarenko (PT-MT), referindo-se ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, lembrou que a discriminação racial ainda existe no Brasil em suas mais diversas manifestações.

Serys salientou que, a despeito disso, os negros contribuíram para o desenvolvimento do país em várias fases históricas, bem como na

cultura brasileira.

– E uma contribuição que se mostra na religião, no batuque do samba, na capoeira, na culinária, na moda, na língua; está em todo o arcabouço cultural brasileiro. São esses elementos trazidos pelos negros escravos e adaptados por eles ao meio que encontraram no Brasil o que chamamos de “cultura afro-brasileira” – afirmou.

Dornelles: recuperar indústria naval é questão de soberania

Senador lembra que o Brasil realiza 95% do seu comércio internacional pelo mar, sendo que menos de 4% desse transporte é feito por navios brasileiros

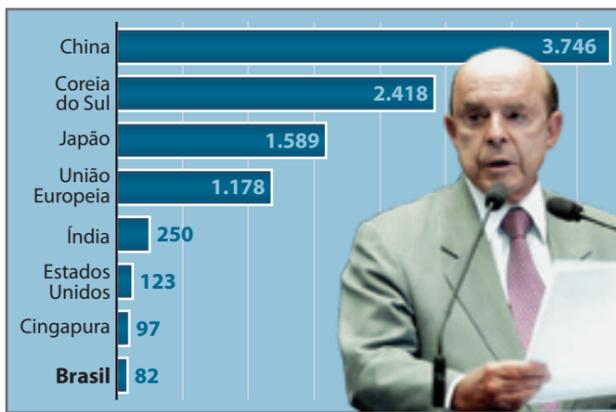
A RECUPERAÇÃO DA indústria naval é uma questão de soberania para o país, afirmou ontem o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ao classificar o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) como um dos mais importantes projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O parlamentar lembrou que o Brasil realiza 95% do seu comércio internacional pelo mar, sendo que menos de 4% desse comércio é feito por navios brasileiros. E destacou que o gasto com o transporte marítimo no país é de cerca de US\$ 16 bilhões por ano.

Conforme Dornelles, o Promef começou a ser planejado pela Transpetro em 2003, a partir da premissa de que os navios deveriam ser construídos com um índice de nacionalização de 65% para, dessa forma, gerar o renascimento da indústria naval brasileira, que já foi considerada

Posição da construção naval brasileira

Em novembro de 2008 existiam 10.139 navios em construção nos estaleiros em todo mundo. A carteira de encomendas brasileira era estimada em 82 navios



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore

a segunda maior do mundo.

O senador observou que o objetivo central do Promef é modernizar e expandir a frota da Transpetro para atingir 100% da cabotagem e 50% dos navios de longo curso, tornando a

indústria naval brasileira uma referência internacional. O programa deverá gerar cerca de 40 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos. Nas duas fases do programa serão construídos 49 navios, acrescentou.

César Borges comemora novos investimentos da Ford na Bahia

César Borges (PR-BA) comemorou ontem os R\$ 4 bilhões que a montadora Ford deve investir na Bahia, dos quais R\$ 2,5 bilhões serão usados diretamente na ampliação das instalações da empresa no estado. De acordo com o parlamentar, esses investimentos criarão cerca de 10 mil empregos diretos e 60 mil indiretos.

– Esses recursos, disputados em todo o mundo, vieram para o Brasil e para a Bahia – comemorou.

César Borges recordou que a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Ser-

viços (ICMS) e outros incentivos fiscais em 1999, uma iniciativa sua quando era governador do estado, foi a responsável pela atração da Ford e que há um compromisso do governo baiano em renovar o benefício. Além disso, afirmou, o governo federal, por meio da Medida Provisória 471/09, prorrogou a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que também beneficia a montadora.

Em dez anos, salientou César Borges, o PIB baiano dobrou com a produção, pela Ford Bahia, de 10% dos automóveis do país, resultado de um processo de pro-



César Borges afirma que montadora vai investir R\$ 4 bilhões no seu estado

dução moderno e do alto nível de qualificação do trabalhador baiano. Segundo ele, os novos investimentos vão expandir a indústria no estado, num “círculo virtuoso” que poderá atrair empregos inclusive em estados vizinhos.

Mesquita quer aliança da oposição

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) comemorou ontem o resultado das eleições municipais de Feijó, em seu estado, e a vitória do candidato Raimundo Ferreira, pela coligação PMDB/PSDB. De acordo com o senador, o pleito, realizado em razão da cassação do então prefeito Juarez Leitão (PT), ocorreu “de forma democrática e civilizada” e indica um caminho a

ser seguido nas eleições do próximo ano. Na avaliação de Mesquita Júnior, o exemplo de Feijó mostra que, se a oposição se unir para o pleito de 2010, suas propostas serão bem acolhidas pelo eleitor.

– Há tempos o mesmo grupo político comanda as ações públicas no estado do Acre. Acho que é hora de fazermos a alternância no poder – disse.

Virgílio: popularidade de Lula não pode permitir “maniqueísmo”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que os altos índices de popularidade atribuídos a Lula fazem com que o presidente da República tenha “atitudes autocráticas”.

Para Virgílio, “isso cria um ambiente maniqueísta no qual é difícil fazer oposição” e se refletiu na forma como foi conduzida a CPI da Petrobras. O senador disse que “a máquina de propaganda do governo tachou de impatrióticas as tentativas de investigar a empresa” e que o mesmo ocorreu com os questionamentos sobre a criação da Petrosal.

Virgílio afirmou ainda que, no dia 9, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que estava prestes a pousar em Brasília teve de retornar a São Paulo para



Tentativa de investigar Petrobras foi tachada de “impatriótica”, diz Virgílio

buscar o filho do presidente e seus acompanhantes. O senador também protestou contra “interrupções frequentes” no fornecimento de energia de Manaus, as quais, de acordo com ele, têm gerado prejuízos incalculáveis às empresas da zona franca.

Papaléo defende turismo ecológico na Amazônia

Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou a realização, na segunda-feira, no Amapá, do seminário estadual Desenvolvimento do Turismo na Amazônia.

No encontro, informou o senador, foram debatidos o potencial turístico da região e projetos específicos, como a reestruturação aeroportuária, a melhoria da rede hoteleira e a capacitação de mão de obra ligada ao turismo, levando em consideração a preservação ambiental.

Papaléo salientou que o turismo é uma das mais rentáveis fontes de recursos, contribuindo



Papaléo: setor contribui para entrada de divisas e criação de empregos

tanto para a entrada de divisas no país quanto para a geração de postos de trabalho.

Paim pede que PEC da Juventude seja aprovada em 10 de dezembro

Paulo Paim (PT-RS) disse ter encaminhado ofício à Presidência do Senado solicitando a inclusão na ordem do dia do Plenário da PEC da Juventude (Proposta de Emenda à Constituição 42/08) para que seja aprovada em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O texto estende aos jovens de 15 a 29 anos de idade a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes.

– Acredito que os sonhos e os desafios dos nossos jovens das periferias, das fábricas, das favelas, do campo e da cidade, do



Paulo Paim ressalta que jovens são um grupo social de múltiplas identidades

Facebook, do Twitter e do Orkut precisam de um olhar específico. Aprovar a PEC é dever do Estado brasileiro – disse Paim.

Arns saúda STJ pela contratação de 220 pessoas com deficiência

A contratação de 220 pessoas com deficiência auditiva pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi elogiada por Flávio Arns (PSDB-PR).

– A iniciativa contribui para modernizar o Judiciário e para fazer avançar a inclusão e a cidadania. Estamos melhorando a autoestima do nosso povo abrindo esse espaço para as pessoas surdas – frisou.

Arns afirmou que as pessoas com deficiência auditiva geralmente se devotam ao trabalho de forma muito concentrada e entusiasmada e que o trabalho



Segundo Arns, novos funcionários vão contribuir para modernizar o Judiciário

deles vai colocar os processos de forma rápida à disposição de juizes e advogados.



Senador acredita que união pode vencer eleições de 2010